

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 481/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO****1- Processo TCE nº 2109/2013 (3 vols.).****Apenso:** 2123/2013 (4 vols.) e 5807/2012.**2- Assunto:** Prestação de Contas Anuais.**3- Órgão:** Defensoria Pública do Estado do Amazonas.**4- Exercício:** 2012.**5- Responsáveis:** Sr. José Ricardo Vieira Trindade, Defensor Público Geral e Sr. Ariosto Lopes Braga Neto, Ordenador de Despesas.**6- Unidade Técnica:** DICAD-AM – Informação nº 12/2014 (fls. 464/467).**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1382/2014-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 469/476).**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Exercício de 2012.*Contas regulares com ressalvas. Determinação à origem.***9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- julgar Regular, com Ressalvas, a Prestação de Contas da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, exercício de 2012, sob a responsabilidade do Sr. José Ricardo Vieira Trindade, Defensor Público Geral, e Sr. Ariosto Lopes Braga Neto, Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, dando-se quitação à Responsável, condicionados ao atendimento do art. 24 e do inciso II do art. 72, todos da Lei 2.423/96, considerando que as contas evidenciam impropriedades de natureza formal, de que não resultaram dano ao Erário;

9.2- determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.2.1- observe o correto preenchimento dos sistemas informatizados desta Corte de Contas, com vistas a não dificultar o exercício do controle externo;

9.2.2- realize o empenho de diárias antes da ocorrência das respectivas viagens;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 481/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.2.3- observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de setembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em exercício.

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral